



PROJETO DE LEI Nº: 035 de 18 de agosto de 2020

“Autoriza a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais) e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais, utilizando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais), destinado a aquisição de material e EPI para o atendimento básico do município de Bom Jardim de Minas, em conformidade com o seguinte detalhamento:

2 – Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

2.05. – Secretaria Municipal de Saúde

2.05.02 – Fundo Municipal de Saúde

2.05.02.10 – Saúde

2.05.02.10.301 – Atenção Básica

2.05.02.10.301.004 – Saúde com Qualidade

2.05.02.10.301.004.2.0045 – Manutenção do Atendimento Básico de Saúde

3.3.90.30 – Material de Consumo **FR. 01.54 R\$ 155.000,00**

Artigo 2º - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizado, como fonte de recurso, o Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso 01.54 do exercício 2020.

Excesso de Arrecadação FR 54 R\$ 155.000,00

Artigo 3º - Fica, ainda, o Prefeito Municipal autorizado a suplementar o Crédito Suplementar de que trata esta Lei, até o limite de 10 % de seu montante integral.



Artigo 4º Toda a empresa em vigor no ato de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Bom Jardim de Minas, 12 de agosto de 2020



Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores

Venho por meio deste solicitar a aprovação do referido Projeto de Lei para Autorizar a abertura de crédito Suplementar no orçamento vigente do Município.

O Crédito Suplementar visa à adequação do Orçamento de 2020 para atender despesas, do departamento de Saúde na atenção básica para a aquisição de material e EPI **o mesmo faz correção a Lei nº 1.582/2020 onde o município indicava a compra como sendo no hospital mas na verdade seria no atendimento básico, usando como fonte de recursos o excesso de arrecadação na fonte de recurso 54**, despesa essa que não estava prevista quando do envio do orçamento a esta Casa.

Vale reportar aos ensinamentos de J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis:

“O orçamento, durante a sua execução, pode ser alterado por diversos motivos, destacando, dentre eles, as variações de preços de mercado dos bens e serviços a serem adquiridos para consumo imediato ou futuro, as incorreções no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais e as omissões na Lei de Orçamento, além de fatos imprevisíveis e urgentes que ocorrem durante o exercício e que independem da vontade do administrador.” (A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal, 31ª ed., Ed.IBAM, págs. 107 a 119).

À luz da Constituição Federal (art. 167, V), Lei nº 4320/64 (art. 43, §1º) a abertura de crédito especial depende de autorização legal e existência de recursos disponíveis, que não estejam comprometidos.



© 2000 Blackwell Science Ltd, *Journal of Internal Medicine* 247: 399–406



Department of Health and Human Services